

ESQUECIDOS DO PROGRESSO: MODERNIZAÇÃO DA CIDADE DE TERESINA E OS POBRES MIGRANTES NA DÉCADA DE 1970.

Luana Pachêco Faria de CARVALHO
Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Federal do Piauí.

Entre o final dos anos 50 e começo dos anos 60 o Brasil passou por um período de profundas transformações, caracterizado principalmente por um sentimento de renovação durante o governo de Juscelino Kubtschek (1956-1961). Durante o mandato deste presidente deu-se impulso a um novo modelo de desenvolvimento para o país, caracterizado pelo estímulo a industrialização em íntima relação ao capital internacional. Nessa perspectiva Antônio José Medeiros corrobora com a idéia de que “o governo de Juscelino [...] irá marcar a passagem definitiva para uma economia industrial integrada nacionalmente, numa fase monopolista e de associação dependente com o capital internacional”¹.

Seguindo esse viés o projeto nacional-desenvolvimentista de JK que permeará a vida econômica, política e social do país mesmo após o seu mandato, tinha como principal eixo norteador desenvolver o Brasil, ou seja, tirá-lo do subdesenvolvimento. E para que tal objetivo fosse alcançado era preciso fazer com que o Brasil deixasse de ser um país agroexportador de produtos primários e se convertesse em uma economia industrializada. A indústria aparece nessa perspectiva como uma força vital para o desenvolvimento do país na medida em que gerava riqueza fortalecendo, conseqüentemente, o Estado e oferecia aos habitantes das cidades melhores condições econômicas e sociais haja vista que uma cidade industrializada poderia, nesse sentido, criar uma mentalidade progressista entre os moradores.

O desenvolvimento integrado representaria o acento tônico do processo de industrialização, engendrando a formação de um povo mais “evoluído” culturalmente, como demonstra matéria retirada do jornal *O Dia*, que a época apresentava sua orientação editorial voltada para o apoio do governo, quando do processo de modernização da cidade de Teresina em 1970.

O complexo industrial constitui as forças vivas do desenvolvimento integral. Todos os fatores da sociedade [estão] intimamente ligados aos setores de produção. Assim, produzir bens de consumo é promover o aumento da riqueza, proporcionando a comunidade

¹ MEDEIROS, Antônio José. *Movimentos sociais e participação política*. Teresina: CEPAC, 1996. p.17.

melhores condições econômicas e sociais. Os países desenvolvidos têm suas metas apoiadas no parque industrial. [...] a indústria cria mentalidade progressista, fortalecendo a sociedade e o Estado. Os padrões de cultura [nesse sentido] são mais evoluídos nos centros industrializados².

A implantação do Plano de Metas, projeto de governo de JK, embalado pelo ideal desenvolvimentista “50 anos em 5” priorizava a realização de maciços investimentos estatais em diversos setores da economia: energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação juntamente com a construção de Brasília viria confirmar a gênese de um discurso que transmitia a idéia de promover o desenvolvimento econômico, político e social do Brasil envolvendo a população brasileira em um ideal progressista. Dialogando com Maria Helena Moreira Alves a respeito da relação entre o papel desempenhado pela economia brasileira no sistema econômico mundial neste período, percebemos que a pesquisadora corrobora com a idéia de que:

A crescente penetração do capital internacional após meados da década de 50 configurou uma aliança entre o capital multinacional, o capital nacional associado-dependente e o capital de Estado. Pelo final daquela época, o Brasil vivia um processo de desenvolvimento caracterizado por situação de dependência baseada num ‘tripé econômico’ que seria reforçado após o golpe de 31 de março de 1964.³

Assim para Maria Helena Moreira Alves a economia brasileira se caracterizaria por funcionar na periferia do sistema econômico mundial, limitada na sua capacidade de gerar seu próprio crescimento e estando, portanto “afastada dos pontos de concentração dos recursos para o crescimento autogerado”⁴. A industrialização das economias periféricas como, por exemplo, a brasileira se manifestaria essencialmente por ser distorcida em relação às economias ditas avançadas na medida em que acentuam a concentração, as disparidades de renda refletindo as ambigüidades da modernização numa sociedade contraditoriamente democrática.

Tais nuances ficaram evidentes durante o governo de JK onde bens produzidos por empresas estrangeiras como automóveis, televisão, máquina de lavar roupa e outros

² INDÚSTRIA e Governo. *O Dia*, Teresina, nº 3033, 1.p, 3 jul, 1970.

³ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Trad. Clóvis Marques. 3. ed., Petrópolis: Vozes, 1985.p. 19.

⁴ ALVES, 1985, Op cit. p.20.

produtos eram difíceis de serem adquiridos pelos pobres enquanto que a classe média regozijava-se com o mundo do consumo dos eletrodomésticos. Esta idéia nacional desenvolvimentista de JK e o *boom* dos eletrodomésticos e outros bens duráveis que marcaram o seu governo, não ficou distante da realidade teresinense. Pelo contrário, o discurso nacional desenvolvimentista propalado no governo de JK esteve atuante também em Teresina durante o período recortado pela pesquisa.

Nesse sentido, pudemos visualizar através de peças publicitárias nos jornais *O Dia* e *O Estado*, por exemplo, as múltiplas facetas do “milagre econômico” brasileiro refletidas em sentimentos como, por exemplo, de desejo e atração expressos por publicitários em relação a vários produtos e/ou ambientes da cidade como também a construção a partir destas propagandas, de ressentimentos de tristeza e amargura na mente e nos corações dos moradores pobres de Teresina e, dentre eles os migrantes, que como aqueles estiveram à margem do processo de modernização da cidade. Estes (res)sentimentos eram relacionados, por sua vez, a noções de estar vivendo em uma época moderna, nova e “evoluída” e a propaganda refletia de certa forma este momento histórico.

Seguindo este intento percebemos através peça publicitária referente aos caminhões Dodge 71 um sentimento de atração por parte de quem a fez, induzindo o consumidor a compartilhar deste mesmo sentimento, em relação ao bem-estar físico de uma vida mais longa sem esforços, no caso utilizando os caminhões Dodge 71 como um meio de transporte eficiente e que deixa os concorrentes para trás. Através dos caminhões Dodge o consumidor no ano de 1971 podia estar atualizado, em consonância com a modernidade, sendo veloz e eficiente nos seus afazeres e “nunca parando na pista” com defeitos mecânicos.

Os caminhões Dodge aparecem ser nesse sentido, tanto como um remédio financeiro para os negócios que não estão dando certo, como também para a “saúde” do motorista ao evitar aborrecimentos e problemas econômicos com carregamento e transporte de mercadorias. As propagandas dos carros Dodge Charger também fizeram parte desse universo simbólico, enchendo os olhos de várias pessoas principalmente da população pobre, com a luxuosidade e requinte presente nos carros, aguçando a vontade de comprar um modelo que “só se via no cinema”. Assim os carros Dodge Charger representavam por um lado, o que havia de mais moderno em termos de automóveis na época e por outro, o sonho de muitas pessoas de baixa renda da cidade, que, sem recursos financeiros, não podiam adquirir um meio de transporte da moda, atual.



Jornal “O Dia” – 1971.
Acervo do Arquivo Público do Piauí.

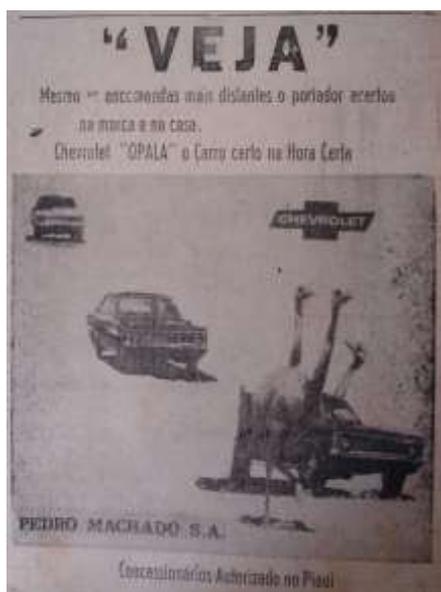


Jornal “O Dia” – 1971.
Acervo do Arquivo Público do Piauí.

Nessa perspectiva a noção de modernidade criada no imaginário da população citadina (e também rural) nas diversas categorias sociais era caracterizada como sinônimos de bem-estar e conforto, representados pelos diversos bens de consumos como sendo uma das expressões dos signos do progresso. Teresina na década de 1970 vivenciou uma outra faceta da modernização qual seja a relacionada às intervenções promovidas no espaço urbano como, a construção de grandes conjuntos habitacionais e obras infra-estruturais (saneamento, luz elétrica, educação, saúde, etc.).

Os governantes visando demonstrar o desenvolvimento (no mais das vezes desigual ou inexistente em seus aspectos sociais) que atingia a cidade e sua íntima relação com o moderno, massificavam a propaganda através dos jornais e rádio: “Teresina cresce. As obras da Prefeitura não param. Estão presentes no asfaltamento da cidade. Na ampliação da rede de grupos escolares. No saneamento e na assistência médico-sanitária da população”⁵. Com as matérias e as propagandas retratando este “novo” ambiente onde “as encomendas mais distantes chegam ao portador” como o carro Opala um “carro certo na hora certa” ou ainda o radiola philipes representando “tudo que é bom” sendo portanto, ideal para a execução de músicas atualizadas proporcionava assim a alegria e a agitação da cidade moderna contudo excludente ao beneficiar somente parcela da população que possuía recursos para tal.

⁵ AJUDE TERESINA A CRESCER MAIS, *O Dia*, Teresina, n. 3226, p. 07, fev. 1971, 2 cad.



Jornal "O Dia" – 1971.
Acervo do Arquivo Público do Piauí.



Jornal "O Dia" – 1971.
Acervo do Arquivo Público do Piauí.

Com efeito, dialogando com o historiador Marshall Berman, “ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos tudo o que sabemos tudo o que somos” ⁶. Ou seja, para Berman ser moderno é viver uma vida de paradoxo, contradição e ambigüidades. Homens e mulheres são movidos pelo desejo de mudança, mas sentem ao mesmo tempo medo da desintegração, da falta de solidez e estabilidade ligada tanto a aspectos econômicos e sociais evidenciando profundos abismos sociais. “Para ser moderno é preciso ser antimoderno” ⁷, ou seja, é estar em uma sociedade marcada segregação e pela desigualdade onde as benesses da vida moderna não são usufruídas democraticamente pela população como um todo.

Assim em Teresina foi construída uma consciência para o “progresso” que atingiu tanto as pessoas que tinham recursos financeiros como também parcela pobre da população. A elite que podia comprar jornais se mantinha informada sobre os diversos acontecimentos (políticos e socioeconômicos) da cidade e do país através da leitura de periódicos e adquirindo os produtos das peças publicitárias. A população pobre que

⁶ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p.11.

⁷ BERMAN, 2006, Op. cit., p. 12.

apesar de não possuir meios financeiros de adquirir o jornal (a maioria da população também era analfabeta) como também os bens divulgados, também participavam da “consciência para o progresso” de várias maneiras peculiares “lendo”, por exemplo, as imagens que eram postas nos jornais (de automóveis, radiolas, refrigerantes e outras) que, por sua vez, causavam um significativo impacto no imaginário das pessoas de baixa renda.

A modernidade também era construída em outros inerentes meios de comunicação a exemplo do rádio, pois em Teresina na década de 1970 existiam várias pessoas que não sabiam ler e também não tinham condições de comprar uma televisão considerada na época um artigo de luxo entre os moradores da cidade. O rádio aparece nesse contexto, como um meio de comunicação mais acessível, dentre outros motivos, por se expressar através da fala, atingindo um maior número de pessoas através de suas programações. Assim o jornalismo pode ser caracterizado por:

“[...] uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos: leitores, telespectadores e ouvintes. Uma batalha geralmente sutil e que usa uma arma de aparência extremamente inofensiva: a palavra, acrescida [em alguns casos] de imagens. Mas [é ainda] uma batalha [...] importante do ponto de vista político e social, o que justifica e explica as imensas verbas canalizadas por governos, partidos, empresários e entidades diversas para o que se convencionou chamar veículos de comunicação de massa ⁸ .

O processo de urbanização, de modernização e de industrialização, pelo qual passava o país, se “refletiam nas vivências, nas representações principalmente citadinas, visíveis em projetos políticos, atividades profissionais projetadas em um futuro promissor” ⁹ e os meios de comunicação representaram um papel essencial na transmissão desse novo tempo.

A esse respeito Anna Figueiredo realizando várias investigações sobre a publicidade, a cultura de consumo e comportamento político no Brasil no período de 1954 a 1964 destacou, que foram nas décadas de 1950 e 1960 que o consumo de produtos industrializados passou ao imaginário dos brasileiros, associado à idéia de que estavam vivendo em “novos tempos” afinados com o “progresso”:

⁸ ROSSI, Clóvis. *O que é jornalismo*. 2ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

⁹ Relatório final da bolsista Regianny Lima Monte referente ao projeto de Iniciação Científica PIBIC-CNPQ (2006-2007) “*Teresina dos anos dourados aos anos de chumbo: o processo de modernização e a intervenção do Estado autoritário*” com o subtítulo “Em meio a discursos e práticas: a relação entre a imprensa e o Estado autoritário na modernização de Teresina” orientado pelo Prof. Dr. Francisco Alcides do Nascimento, p.13.

Estes bens [de consumo] eram oferecidos a homens e mulheres igualmente ‘modernos’, afinados com os ‘novos tempos’ e vivendo em perfeita consonância com o ‘progresso’. Porém, até o início dos anos 60 ser moderno era mais do que mera aspiração individual [...] era um projeto de construção de um *ideal nacional*, significando que no Brasil, a modernidade era condição *a priori* imbuída de positividade, assim como tudo o que a ela se relacionasse ou identificasse com ela.¹⁰ [Grifo da autora]

Esse processo de mudança da sociedade brasileira, todavia teve alto custo principalmente em relação à população pobre. Observamos que apesar do crescimento industrial, as diferenças sociais, por outro lado, não foram diminuídas, ou seja, a maioria da população continuava no geral vivendo miseravelmente evidenciando a forte desigualdade social que continuaria persistir na década de 1970 apesar da euforia do “milagre econômico” brasileiro, marcado por um significativo crescimento da economia.

Outro exemplo interessante que retrata a importância dos meios de comunicação no ponto de vista político e social na década de 1970 quando o país estava vivenciando no governo do presidente Médici o apogeu “milagre econômico” com o crescimento em ritmo acelerado da indústria de bens de consumo duráveis é peça publicitária a referente a forrageira Tufão.

Seguindo esta dinâmica, desde a segunda metade dos anos 50 como também após o golpe de 1964, ser moderno no Brasil era antes de mais nada buscar a supressão do passado agrícola, associado à dependência econômica, e transformar o país em uma nação industrializada, integrada nacional e internacionalmente. Dentro dessa lógica a transformação almejada para o país refletiu suas luzes também em Teresina. Se processando como no restante do país e com um aparente paradoxo, a transformação desejada se deu via industrialização da própria agricultura e da pecuária, pois estas atividades “além de fontes de divisas imprescindíveis para a expansão industrial, forneciam as indústrias diversos gêneros necessários a sua sobrevivência”¹¹. Haveria dessa forma uma adaptação da produção agrícola com interesses industriais, na medida em que o progresso visto por esta perspectiva, alimentava a indústria com o consumo de máquinas e equipamentos em proporções cada vez maiores.

¹⁰ FIGUEIREDO, Anna Cristina Camargo Moraes. O progresso Chega ao fim do mundo. In: *Liberdade é uma calça velha azul e desbotada: publicidade, cultura de consumo e comportamento político no Brasil (1954-1964)*. São Paulo: HUCITEC, 1998.p.31.

¹¹ Idem., p.32.

A forrageira Tufão aparece dessa forma, como um sonho de qualquer agricultor ao triturar forragens secas ou verdes em grandes proporções. Assim a mudança de orientação da agricultura, “não era percebida, entretanto, como exigência de um segmento específico da sociedade [...] posto a acreditar-se que a ‘modernização’ beneficiava as próprias áreas rurais ao estender até elas as ‘vantagens’ auferidas pela ampliação da atividade industrial”¹². Ou seja, a forrageira Tufão aparecia nesse contexto como a chegada de “novos tempos” para o ambiente rural, na medida em que um agricultor para ser moderno deveria possuir máquinas modernas e conseqüentemente boa produção e lucros satisfatórios.



Jornal “O Dia” – 1971.
Acervo do Arquivo Público do Estado do Piauí.

Por este viés, a agricultura (como também a pecuária) era inserida no ideal progressista, propalado pelo discurso desenvolvimentista federal e estadual essencial para o futuro prospero da economia do país e do Piauí.

[...] considerou o governo que o processo de industrialização do Brasil chegou a um ponto em que o destino da indústria depende fundamentalmente do desenvolvimento da agricultura, sobretudo para que se possa usufruir do potencial do mercado em que foram calculadas as suas premissas de crescimento. Por esse motivo, é a área prioritária, para o governo como um todo, as medidas que conduzam a incorporação de novas técnicas, a difusão de melhor tecnologia, a utilização de fatores de produção não convencionais, o

¹² Idem., p. 33.

desenvolvimento de uma infra-estrutura apta a capitalizar para o campo todo o progresso¹³.

Contudo o desenvolvimento da agropecuária não foi de todo suficiente para acabar com as disparidades sociais do campo, ou melhor, acentuou a concentração de renda e a migração. O pequeno agricultor na impossibilidade de adquirir máquinas como a forrageira Tufão realizando práticas rudimentares e rotineiras, sem apoio tecnológico para aumentar sua produção através do crédito rural encontrando ainda significativas dificuldades em torno da comercialização da sua produção via como uma das soluções para um quadro de grandes dificuldades a emigração para os centros urbanos, inchando o setor terciário com empregos informais pois a maioria dos trabalhadores rurais não possuía qualificação para outros setores da economia.

Como parte desse movimento Teresina sentiu cotidianamente durante a década de 1970 todo o peso das disparidades sociais fruto do “ideal desenvolvimentista” através da chegada de centenas de pessoas ocasionada, sobretudo, pelas péssimas condições de vida do homem do campo.

Em Teresina as intervenções estruturais realizadas entre as décadas de 1950 e 1970 tiveram ligação direta com o chamado “milagre econômico”, e visavam promover a modernização do espaço urbano da cidade, na tentativa de mudar um quadro de inquietante atraso. Nesse sentido Francisco Alcides do Nascimento¹⁴ aponta que em meados da década de 1960, no período em que o Piauí era governado por Helvídio Nunes (1966-1970), a cidade de Teresina se caracterizava por possuir graves problemas infra-estruturais básicos como, por exemplo, de iluminação, abastecimento d’água, sistema de comunicação, dentre outros. Daí, as lamúrias dos governantes e dos cronistas que consideravam a cidade feia e pobre e clamavam por mudanças que apontassem o caminho do progresso.

Nessa perspectiva no final da década de 1950 e começo dos anos 1960 o setor público estadual buscou adaptar-se a nova realidade de desenvolvimento e progresso criando empresas que reuniram o capital público e privado como o FRIPISA (Frigoríficos do Piauí S/A) em 1957, o BEP (Banco do Estado do Piauí S/A) em 1958, a CEPISA (Centrais Elétricas do Piauí S/A) em 1959, a AGRINPISA (Agroindústrias do

¹³ *O Dia*, Teresina, nº 3058, 5.p, 1 ago, 1970.

¹⁴ NASCIMENTO, Francisco Alcides do Nascimento. *Cajuína e cristalina: as transformações espaciais vistas pelos cronistas que atuaram nos jornais de Teresina entre 1950 e 1970*. In: *Revista Brasileira de História*. v.27, nº. 53. São Paulo, jan - jun: 2007, p.197.

Piauí S/A) em 1959, TELEPISA (Telefones do Piauí S/A) em 1960, a AGESPISA (Águas e Esgotos do Piauí S/A) em 1962 e em 1963 a COHEBE (Companhia Hidroelétrica de Boa Esperança) responsável pela construção da Barragem de Boa Esperança. O objetivo destas empresas de economia mista era, por sua vez, realizar ações de desenvolvimento e integrar nacionalmente o Piauí.

Entretanto na realidade, o economista Agenor Martins estudando as implicações do desenvolvimento brasileiro na economia piauiense revela que os programas de criação e ampliação de infra-estrutura básica e a implantação de empresas estatais em áreas estratégicas não mudaram o cenário de pobreza e subdesenvolvimento da maioria da população, ou seja:

a concepção prévia de que os serviços de infra-estrutura constituem precondições para o desenvolvimento dos estados mais atrasados, [como o Piauí] é discutível, pois a impressão mais evidente é de que esses serviços, em essência, não provocam mudanças na estrutura socioeconômica prevalecente [...] ¹⁵.

Nesse sentido ao falar de crescimento econômico Agenor Martins nos alerta para o fato de que no contexto brasileiro e piauiense o mesmo não veio acompanhado do necessário desenvolvimento social. Não houve uma modificação significativa das estruturas socioeconômicas, culturais e políticas e melhorias na qualidade de vida da população. A estrutura agrária, por exemplo, continuou em termos gerais com suas composições inalteradas de exploração do trabalhador rural, concentração de renda e monopólio da posse da terra.

A febre de infra-estrutura que se alastrou sobre o Estado surgiu em detrimento dos setores produtivos da economia (agricultura e pecuária) onde “as intervenções através da política de infra-estrutura [se mostrou] um instrumento eficaz de sustentação de poder” ¹⁶ e tiveram um papel inerente no processo migratório piauiense na década de 1970 na medida em que o trabalhador rural fugindo das desigualdades sociais no campo procurou essencialmente uma melhor qualidade de vida na capital.

O processo de modernização posto em prática pelos representantes do regime militar em Teresina fez parte de um contexto maior representado pelo sistema

¹⁵ MARTINS, Agenor e et. al. *Piauí: Evolução, realidade e desenvolvimento*. 3ed. Teresina: Fundação CEPRO, 2003. p.217.

¹⁶ MARTINS, 2003, Op. cit., p.212.

capitalista, que tem como uma de suas características ser excludente e segregacional, além de promover uma pujante concentração de renda e de poder político.

Na década de 1970, as transformações infra-estruturais que aconteceram em Teresina “na complementação da rede viária, através da abertura, prolongamento e pavimentação de avenidas [como também] na ampliação da política habitacional”¹⁷ fruto do “planejamento urbano” foi visto como necessário pelos tecnocratas do regime militar para criar a imagem de um Estado a caminho do desenvolvimento começando pela capital e se irradiando para outras cidades interioranas. O ordenamento do espaço urbano da cidade de Teresina era percebido como sendo inerente, pois “a capital do Estado, reflete o próprio. O Piauí é o mais vilipendiado no sul devido sua capital parecer mais com uma cidade de província”¹⁸.

Ou seja, buscava-se transformar Teresina para além de uma cidade referencia no sertão nordestino, um pólo de atração turística. Para tanto houve o embelezamento de ruas, praças e avenidas dando a cidade um novo caráter estético-urbanístico pois seguindo tal linha de raciocínio, ratificada pelas palavras do jornalista Macário Oliveira: “Teresina [precisa] torna-se uma cidade bonita, uma pequena metrópole ou então não vai mudar-se a face do Piauí. Continuará a ser considerado um Estado de miséria”¹⁹.

Dessa forma as representações de renovação, de liberdade, de sonhos que foram (re)sentidas pelos pobres migrantes na década de 1970 diante da situação marcada por diversas dificuldades no campo, foram influenciadas pelos governantes da cidade, principalmente pelos meios de comunicação de massa, no sentido de que com a modernização posta em prática, visível nos traços arquitetônicos da cidade, nos produtos e/ou ambientes que eram divulgados na imprensa, haveria perspectivas de novos tempos, fomentando na população pobre esperanças de uma maior participação política e de melhores condições de vida através de políticas sociais.

No universo simbólico criado em torno do processo de modernização da cidade, pairava um discurso de desenvolvimento, de uma “consciência para o progresso” determinada pelo grupo dominante, que contaminava a população pobre piauiense, como também, de outras regiões a participarem desta consciência, como se nota na seguinte matéria de Sebastião Negreiros:

¹⁷ LIMA, Antônia Jesuíta de. *Favela COHEBE: uma história de luta por habitação popular: Teresina*. EDUFPI. 1996, p.22.

¹⁸ *O Estado*, Teresina, s/n, p.2, abr, 1971.

¹⁹ *Ibid.*, Id.

Desenvolvimento integral não se realiza com medidas isoladas. Destarte, estão convocados todos os piauienses a tomarem parte nessa arrancada definitiva para o progresso. Somente o trabalho realiza o homem e o Piauí exige de seus filhos uma realização de suas metas desenvolvimentistas.²⁰

Contudo, inversamente as expectativas dos migrantes o processo modernizador da urbe caracterizou-se pela forma segregacional, excludente e autoritária. Homens e mulheres premidos pelas estiagens e pelas condições socioeconômicas do campo, mas também embriagados pelas luzes da cidade, continuaram à margem da sociedade que era “vendida” como democrática.

A cidade de Teresina presencia a chegada de migrantes na década de 1970 carregando na mala desejos como o da casa própria, da escola para os filhos, do hospital para curar as feridas provocadas pela fome, pela desnutrição, pelo desamor dos grandes proprietários rurais, que os expulsam da terra e, o clima de euforia do processo modernizador experimentado pela cidade. A propaganda oficial vendia a esperança de um “Piauí Novo” do qual pudessem ter uma maior participação política e uma vida mais digna, longe da miséria e da exploração de grandes latifundiários, da alta concentração fundiária. A emigração surge para o trabalhador rural como sendo uma possibilidade de mudar a trajetória de dificuldades múltiplas e se libertar das difíceis condições de sobrevivência no campo.

Contudo, no pano de fundo deste horizonte de modernização tremularam as expectativas da população pobre migrante que vieram para Teresina sendo, todavia esquecidos do progresso, vivendo em áreas insalubres afastadas do centro da cidade, no desconforto, na doença e na promiscuidade estando situada a margem do direito de cidadania e nas ambigüidades da modernização. Deslocaram-se levando todo um imaginário de representações construídas em torno da idéia de cidade, de perspectivas melhores dias, diante dos sentimentos de desvalorização e humilhação sentidos no campo que se tornaram peremptórios, na decisão de migrarem...

REFERÊNCIAS E FONTES:

- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Trad. Clóvis Marques. 3. ed., Petrópolis: Vozes, 1985.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

²⁰ CONSCIÊNCIA PARA O PROGRESSO, *O Dia*, Teresina, n. 3032, p.01 jul 1970.

FIGUEIREDO, Anna Cristina Camargo Moraes. O progresso Chega ao fim do mundo. In: *Liberdade é uma calça velha azul e desbotada: publicidade, cultura de consumo e comportamento político no Brasil (1954-1964)*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

LIMA, Antônia Jesuíta de. *Favela COHEBE: uma história de luta por habitação popular*. Teresina: EDUFPI, 1996.

MARTINS, Agenor e et. al. *Piauí: Evolução, realidade e desenvolvimento*. 3 ed. Teresina: Fundação CEPRO, 2003.

MEDEIROS, Antônio José. *Movimentos sociais e participação política*. Teresina: CEPAC, 1996.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *Cajuína e cristalina em Teresina: as transformações espaciais vistas pelos cronistas que atuaram nos jornais de Teresina entre 1950 e 1970*. In: *Revista Brasileira de História*. v. 27, nº 53. São Paulo, jan-jun: 2007, p.195-214.

Relatório final da bolsista Regianny Lima Monte referente ao projeto de Iniciação Científica PIBIC-CNPQ (2006-2007) “*Teresina dos anos dourados aos anos de chumbo: o processo de modernização e a intervenção do Estado autoritário*” com o subtítulo “Em meio a discursos e práticas: a relação entre a imprensa e o Estado autoritário na modernização de Teresina” orientado pelo Prof. Dr. Francisco Alcides do Nascimento.

ROSSI, Clóvis. *O que é jornalismo*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Jornal “O Dia” e “O Estado” (1970 - 1975).